



4

*Tecnologia da Informação como Instrumento para a Democratização da Gestão de Políticas Culturais**

*Information Technology as an Instrument for the Democratization of Cultural Policy Management **

José Carlos Vaz**

* Recebido em: 02.03.2017. Aprovado em: 20.06.2017. O texto a seguir foi originalmente pensado para apresentação no evento do SESC em 2015; uma versão posterior, modificada e ampliada, foi publicada na revista *Cadernos de Gestão Pública*, em 2017.

** Professor de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Email: vaz@usp.br

Resumo: O trabalho tece reflexões acerca do processo de democratização da gestão cultural no Brasil, destacando as possibilidades do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para promovê-la. Considera que no contexto brasileiro pós-redemocratização, a pressão social por maior participação, transparência e controle social da gestão e das políticas públicas tem sido um importante eixo de transformações da gestão pública em vários setores. Nesse sentido, interroga se o Estado é capaz de estimular o surgimento e aproveitar iniciativas da própria sociedade que contribuam para democratização da gestão das políticas culturais. Considera também, por outro lado, a possibilidade de ocorrer uma apropriação desigual dos desenvolvimentos tecnológicos aplicados à gestão das políticas culturais.

Palavras-Chave: Tecnologia; Políticas Culturais; Democratização; Gestão Pública.

Abstract: The paper reflects on the process of democratization of cultural management in Brazil, highlighting the possibilities of using Information and Communication Technologies (ICTs) to promote it. It considers that in the Brazilian post-re-democratization context, social pressure for greater participation, transparency and social control of management and public policies has been an important axis of transformation of public management in several sectors. In this sense, it questions whether the State is able to stimulate the emergence and take advantage of initiatives of the society itself that contribute to democratization of the management of cultural policies. It also considers, on the other hand, the possibility of an unequal appropriation of technological developments applied to the management of cultural policies.

Keywords: Technology; Cultural Policies; Democratization; Public administration.



A democratização da gestão cultural no período pós-redemocratização

A trajetória dos debates em torno das possibilidades de articulação entre democracia e cultura parte da ideia de democratização do acesso à cultura, entendida inicialmente como acesso aos bens culturais e artísticos socialmente legitimados pelos setores portadores dos recursos simbólicos para estabelecer as clivagens entre as várias expressões.

O entendimento da imbricação entre cultura e democracia levou à construção do conceito de democracia cultural, incorporando outros componentes como o acesso ao direito de participar da produção cultural e a promoção e respeito à diversidade cultural. Indo mais adiante, as ideias em torno da democracia cultural orientam-se pela concepção de que a democracia cultural deve ultrapassar também os limites da fruição e produção e atingir todas as fases do fazer cultural nas políticas públicas, o que implica na adoção de práticas democráticas de gestão das políticas públicas de cultura.

Não é objetivo deste trabalho refazer estes debates, mas refletir sobre um aspecto específico desse movimento: o da democratização da gestão cultural no Brasil, destacando as possibilidades do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para promovê-la.

No contexto brasileiro pós-redemocratização, a pressão social por maior participação, transparência e controle social da gestão e das políticas públicas tem sido um importante eixo de transformações da

gestão pública em vários setores (VAZ, 2006).

Esse vetor foi também capaz de afetar a gestão cultural, marcada por uma tradição autoritária e uma postura centralizadora do Executivo apontada por Calabre (2009). Com a redemocratização, surgiram diversas experiências de democratização da gestão cultural, especialmente nos municípios, a partir da virada das décadas de 1980 para 1990 (FARIA e SOUZA, 1993). O acúmulo das práticas participativas no nível local por mais de duas décadas, acrescido agora da incorporação da noção de participação social nas decisões sobre as políticas culturais nacionais, contribuíram para o avanço da institucionalização da noção de gestão democrática da cultura. Dentro de um quadro de experimentalismo difuso, essas iniciativas propuseram a incorporação de expressões e atores sociais antes marginalizados por políticas culturais concentradas na “arte estabelecida” e na gestão top-down. Entrou em pauta, também, a superação de práticas autoritárias, elitistas ou burocráticas de gestão cultural.

A partir da década de 2000, esse processo atingiu também o governo federal (SENA, 2013), com a elaboração do Plano Nacional de Cultura e a realização da I Conferência Nacional de Cultura, que teve etapas municipais e estaduais, com participação da sociedade civil (SILVA, 2014).

Essas práticas de gestão democrática geraram instâncias permanentes de participação, diálogo e controle social, como conselhos de cultura, câmaras temáticas e portais na Internet.

Além disso, instâncias não permanentes também têm sido



¹ Disponível em <http://www.cultura.gov.br>. Consultado em 5 de novembro de 2015

utilizadas em contextos específicos: fóruns, audiências públicas, consultas públicas, conferências.

A democratização da gestão das políticas culturais tem se valido da aplicação de recursos de TICs para a promoção da participação social, transparência e controle social dos governos, nos marcos da governança eletrônica (VAZ, 2005). Têm sido utilizados recursos baseados na Internet especialmente para consultas públicas e transparência das ações governamentais, como é o caso do portal do Ministério da Cultura.¹

Entretanto, boa parte da aplicação das TICs ocorre dentro do marco das práticas tradicionais de uso da tecnologia para a participação, transparência e controle social que, construídas ao longo dos últimos vinte anos, encontram-se subordinadas a um modo broadcasting de governança eletrônica, onde predomina a utilização de recursos tecnológicos em mão única (ROCHA e PEREIRA, 2010).

Esse modo de organizar as relações de usos das TICs toma os instrumentos eletrônicos como recursos secundários ou complementares às iniciativas presenciais (VAZ, 2005). Além disso, são os agentes estatais que estabelecem os momentos, formatos e conteúdos dos processos participativos e de controle social. Estes restringem-se a iniciativas governamentais, nas quais a interação e participação nas decisões e no controle social das políticas públicas são mantidas sob controle do Estado. Constitui-se um padrão de acesso aos direitos à informação, ao controle social e à participação mediado pelo Estado. Este oferece os recursos, porém controla seu uso e sua abrangência.

A construção social de novas possibilidades tecnológicas

Um conjunto de novos recursos tecnológicos, combinado com práticas sociais a eles imbricadas, traz possibilidades de transformação nesse quadro de uso das TICs para a gestão democrática das políticas culturais.

Não é possível prever quais serão os desdobramentos da evolução dos aparatos tecnológicos envolvidos, nem é possível afirmar categoricamente o quanto e como transformarão práticas sociais específicas. Segundo Pinch e Bijker (1984), ocorre por um processo complexo de intercausalidade envolvendo os aspectos tecnológicos e sociais. O desenvolvimento dos aparatos tecnológicos não pode ser visto isoladamente de sua apropriação pela sociedade, que também os transforma, pela evolução de aplicações e padrões de utilização. É, portanto, necessário interpretar esses processos como uma construção social da tecnologia.

Mesmo não sendo viável prever as transformações nas práticas de gestão democrática das políticas culturais por conta das mudanças tecnológicas em curso, é possível levantar algumas possibilidades. Para isso, este texto se valerá, adiante, de analogias com outros campos e da dedução de desdobramentos razoáveis do processo de construção social de novas tecnologias de gestão democrática das políticas culturais. Antes disso, é importante sistematizar, de forma breve, essas transformações no contexto tecnológico.

A disseminação do uso dos dispositivos eletrônicos, o crescimento de sua conectividade e a convergência digital,



movimentos que vinham dos anos 1990 a partir dos anos 2000, intensificaram-se.

Esses desenvolvimentos tecnológicos, baseados na redução sistemática dos custos unitários de processamento, armazenamento e transmissão de dados, levaram à emergência da computação ubíqua, à onipresença de rede e da Internet e à computação e armazenamento em nuvem. Grandes massas de dados passaram a ser armazenados remotamente em relação aos usuários, podendo vir a ter seu uso compartilhado e simultâneo.

O surgimento de dispositivos de grande portabilidade e de interfaces com recursos interativos (desde os primeiros portais às redes sociais) adicionou os componentes da mobilidade e da interatividade aos padrões de uso de aparatos eletrônicos baseados na Internet.

A possibilidade de acessos múltiplos aos dados e às capacidades expandidas de integração de sistemas tanto alimentaram quanto resultaram da expansão do uso de padrões abertos de armazenamento e transmissão de dados. Esses desenvolvimentos tecnológicos encontraram-se com a expansão da cultura digital livre e resultaram em novas práticas de abertura de dados governamentais (VAZ, RIBEIRO e MATHEUS, 2010) e desenvolvimento compartilhado e descentralizado de aplicações de tecnologia.

Os desenvolvimentos dos aparatos tecnológicos associaram-se ao surgimento de novos padrões de apropriação e mudanças na cultura de uso da tecnologia, respaldados em novos padrões cognitivos na interação com sistemas e dispositivos. Essas

transformações não ocorrem apenas no nível do indivíduo, mas associam-se também a novas formas de relacionamento e de intervenção dos atores sociais como, por exemplo, o ativismo digital, com iniciativas e grupos atuando politicamente a partir de plataformas digitais. No campo das políticas culturais, o ativismo digital vem associado à expansão da cultura digital livre (MONACI, 2008).

O quadro de transformações descrito acima leva a considerar a emergência de uma segunda geração da governança eletrônica. Supera-se o modo broadcasting de governança eletrônica: o monopólio do Estado sobre as decisões e iniciativas de transparência e participação nas políticas públicas não é mais a única forma possível de promover a participação, a transparência e o controle social das políticas públicas. As práticas de desenvolvimento compartilhado e os dados governamentais abertos permitem a coprodução e a produção descentralizadas de aplicações e serviços de base tecnológica, com a sociedade civil e o setor privado apropriando-se de dados públicos para produzir novas informações e serviços. Novas formas de participação e intervenção nas decisões das políticas públicas também podem emergir, desvinculadamente dos governos.

O novo contexto tecnológico e as oportunidades para a democratização da gestão das políticas culturais

Nesse contexto apresentado acima, é possível identificar algumas possibilidades emergentes para a democratização da gestão



² Disponível em <http://www.participa.br>. Consultado em 3 de novembro de 2015

³ Disponível em <http://www.dialoga.gov.br>. Consultado em 3 de novembro de 2015.

cultural. Algumas dessas possibilidades já vêm aparecendo em experiências relatadas na literatura, ou puderam ser observadas em inspeções a portais de órgãos públicos vinculados às políticas culturais. Outras possibilidades foram deduzidas a partir de analogias com experiências de outros campos e das consequências dos desenvolvimentos dos aparatos tecnológicos e seus padrões de uso mais gerais.

a) Participação nas decisões de planejamento e gestão das políticas culturais

Como visto, as TICs são adotadas como instrumento complementar para a promoção da participação na gestão cultural, fortemente baseada em mecanismos presenciais. A adoção de práticas participativas nas decisões de planejamento e gestão das políticas é uma prática difundida no setor de cultura, ainda que sua exploração ocorra em níveis variáveis de profundidade e não seja necessariamente adotada em todas as situações.

As experiências emergentes e as possibilidades abertas pelas transformações tecnológicas apontam novas possibilidades. As tecnologias e os padrões de seu uso baseados na mobilidade e interatividade oferecem recursos alternativos à participação presencial. A disseminação dos smartphones e da conexão à Internet de banda larga passam a permitir a realização de discussões com mais agilidade. Criam-se condições para que grandes massas de cidadãos possam opinar e contribuir em discussões e decisões sobre as políticas de cultura de forma rápida e quase imediata, apenas respondendo a convocações recebidas diretamente em aplicativos

instalados em seus smartphones.

Da mesma forma, as redes sociais, como tecnologia amplamente difundida, e também operada a partir de dispositivos de alta mobilidade, permitem novas formas de interação entre a sociedade e os órgãos públicos responsáveis pelas políticas de cultura.

Outra possibilidade, que já se faz evidente, é a passagem de momentos pontuais de consulta para plataformas permanentes de participação. Por esse tipo de recurso entende-se um conjunto de funcionalidades virtuais articuladas entre si e que sejam estruturadas de forma a ofertar possibilidades de participação, não somente em resposta a estímulos dos governos (como uma consulta pública sobre um item específico). Plataformas permanentes de participação podem permitir que cidadãos ou organizações cadastrem-se e possam propor temas, articularem-se em grupos de discussão por eles mesmos propostos e opinarem sobre temas debatidos. O governo federal, através de plataformas como o Participa.br³ e Dialoga Brasil² oferece plataformas permanentes nas quais políticas públicas de cultura são objeto de discussão, entre outras.

b) Compartilhamento de dados e informações relacionados à gestão cultural

As transformações tecnológicas abrem novos espaços para compartilhamento de dados e informações por reduzirem ou eliminarem barreiras técnicas tradicionais. A primeira barreira é a de necessidade de acesso físico às bases de dados. Com as tecnologias de computação em nuvem e de alto nível de conectividade, dados



⁴ Disponível em <http://sniic.cultura.gov.br> . Acesso em 5 de novembro de 2015.

podem ser acessíveis remotamente, deixando de ser utilizados exclusivamente por aqueles que são seus proprietários.

Uma segunda barreira é a capacidade de processamento e armazenamento. Com as tecnologias de computação em nuvem, os dados não precisam mais ser copiados e armazenados pelos novos usuários que passam a ter acesso a eles, bastando que tenham acesso remoto para consultá-los e processá-los nos servidores em que originalmente encontram-se armazenados. Mesmo nos casos em que se pode receber cópias de arquivos de dados através da Internet, a tendência é a de que dispositivos ordinários sejam plenamente capazes de realizar seu armazenamento e processamento.

Uma terceira barreira diz respeito aos formatos dos dados. A expansão do uso de dados em padrões abertos ou acessíveis elimina ou reduz as restrições de acesso e uso baseadas na necessidade de softwares específicos para processar dados em formato proprietário.

A redução ou eliminação dessas barreiras alimenta uma crescente possibilidade de integração de bases de dados e sistemas de informação. Essa integração pode abranger sistemas e dados de um mesmo órgão público, de órgãos diferentes, inclusive de distintos níveis da federação, e também dados de organizações da sociedade civil e empresas.

Além das barreiras técnicas, a nova conjuntura tecnológica também se faz acompanhar de padrões de uso diferentes e de uma cultura de uso de dados baseada nessas possibilidades apontadas acima. Abrem-se espaços para novas demandas por parte da sociedade para acesso aos dados e informações em formato legível

por máquina para desenvolvimento de usos relacionados às suas demandas específicas. O movimento se retroalimenta, com as possibilidades tecnológicas interagindo com a demanda que, por sua vez, estimula a exploração da tecnologia de forma a ampliar as possibilidades de acesso aos dados e informações.

Pode-se, aqui, registrar iniciativas como o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, do Ministério da Cultura.⁴ Este tipo de iniciativa indica o potencial da criação de plataformas de disponibilização de informações, dados e indicadores sobre políticas culturais.

A constituição de plataformas desse tipo, baseadas em padrões abertos de estruturação das bases de dados, permite não somente que múltiplos usuários acessem os dados, como também que distintas organizações sirvam-se da plataforma para ofertar acesso aos seus dados, uma vez que a plataforma oferece uma camada básica que permite o armazenamento, processamento e transmissão de dados que sigam os padrões abertos de estruturação. Com isso, dados oriundos de diferentes organizações e sistemas podem ser disponibilizados através de um mesmo recurso, e novas aplicações podem ser construídas como novas camadas, a partir das camadas básicas de infraestrutura e de interface de acesso e visualização dos dados.

Essa mesma ideia de plataforma como infraestrutura e como interface pode também abrigar recursos de estruturação e visualização de dados e de informações georreferenciadas, ou seja, permite a construção de mapas que os representem do ponto de vista



⁵ Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br> . Acesso em 5 de novembro de 2015.

⁶ Disponível em <http://dados.gov.br/dataset/incentivo-fiscal-para-projetos-culturais> . Acesso em 8 de novembro de 2015.

espacial. Os mapas tanto podem ser estáticos (por exemplo, mapas com equipamentos culturais, pontos de cultura etc.) ou dinâmicos (mapeamentos culturais colaborativos em base referenciada). Como exemplo, pode-se apresentar a iniciativa Mapa da Cultura, do Ministério da Cultura.⁵

A utilização de plataforma de disponibilização de informações, dados e indicadores sobre políticas culturais faz com que seja possível que a produção e circulação desses recursos informacionais conforme-se como uma via de múltiplos sentidos, quebrando o monopólio do Estado em organizar e produzir informação relacionada à gestão da política de cultura.

Isto é possível porque as plataformas podem ser estruturadas de maneira a promover a coleta e sistematização permanente de dados gerados pelos próprios produtores culturais e usuários dos serviços culturais. Esses dados podem ser alimentados de forma totalmente voluntária (por exemplo, pelo cadastro voluntário de produtores culturais), de forma induzida pelo cruzamento, como o oferecimento de serviços (por exemplo, pelo oferecimento de recursos de divulgação de atividades e produtores culturais cadastradas na plataforma), ou podem ser fornecidos compulsoriamente (por exemplo, como requisito para a participação em editais ou no acesso a outras formas de recursos).

c) **Transparência e controle social na gestão das políticas culturais**

As transformações em torno do uso e circulação de dados apresentadas acima permitem o surgimento de práticas de publicação

de dados que rompem com o tradicional modo *broadcasting*, no qual o Estado detém o monopólio dos formatos, dos meios e dos conteúdos. Plataformas de publicação de dados e informação, como as descritas acima, podem também ser utilizadas para efeitos de transparência e controle social.

No entanto, é na adoção de recursos de publicação de dados governamentais abertos, ou seja, “publicação e disseminação das informações do setor público na web, compartilhadas em formato bruto e aberto, compreensíveis logicamente, de modo a permitir sua reutilização em aplicações digitais desenvolvidas pela sociedade” (W3C, s/d), que parece existir maior possibilidade de inovação na promoção da transparência e controle social.

Segundo Diniz (2010), “a disponibilização de dados governamentais abertos permite que as informações sejam utilizadas da maneira e conveniência do interessado, de tal forma que elas possam ser misturadas e combinadas para agregar mais valor aos dados”. No caso das políticas culturais, isso permite que se possa receber através da Internet conjuntos de dados que permitam acompanhar temas como o financiamento de iniciativas culturais, alocação de recursos, cruzamento de dados de beneficiários de políticas e leis de incentivo. Entre as iniciativas já existentes, pode-se apontar, a título de exemplo, a publicação de indicadores relativos à concessão de incentivo fiscal para projetos culturais por intermédio da Lei Rouanet.⁶

A transparência e o controle social das decisões nas políticas culturais também pode ocorrer por meio da implantação de recursos



de transparência do funcionamento e desempenho de sistemas e processos. Tal emprego da tecnologia pode ocorrer pela divulgação do andamento de solicitações da sociedade e das ações tomadas pelos dirigentes públicos. Para que tal resultado seja atingido, é preciso que os recursos de governo eletrônico empregados voltem-se não apenas para o processamento das demandas, mas que permitam maior interação dos cidadãos, além de prover recursos de publicidade de andamento das ações do sistema. A arquitetura de sistemas, nesse caso, deveria considerar recursos de ordenamento e publicidade de atendimento permitindo perceber, por exemplo, se as solicitações estão sendo atendidas em ordem cronológica. Apesar da disponibilidade de tecnologia para tanto, este é um recurso ainda pouco utilizado.

d) Participação da sociedade em processos de avaliação das políticas culturais

A utilização de dados governamentais abertos, redes sociais e plataformas permanentes de divulgação de informações e de participação ampliam as possibilidades em termos de avaliação das políticas culturais.

É possível conceber processos coletivos e abertos de avaliação, não restritos à participação presencial. Com maior disponibilidade e acesso a dados, a sociedade pode valer-se destes para produzir suas próprias análises, ampliando sua capacidade de participar nas avaliações.

No nível dos serviços também é possível ampliar possibilidades de participação dos cidadãos na sua avaliação. Os

recursos de acesso e processamento de dados usando a tecnologia de computação em nuvem, combinados com as tecnologias de dispositivos móveis, podem permitir o desenvolvimento de aplicativos de microavaliação de experiência, a partir da aplicação das técnicas de VGI - *volunteered geographic information* (GOODCHILD, 2007), ou seja, alimentação de sistemas de base geográfica por meio de coleta de dados produzidos e transmitidos pelos próprios usuários, como dados de localização de *smartphones*.

Com isso, pode-se coletar grandes volumes de dados de usuários de equipamentos e serviços vinculados à política de cultura. Estes dados a coletar podem ser relativos à localização e utilização (por exemplo, pode-se coletar tempos de permanência em equipamentos ou atividades). Em outra vertente, pode-se coletar dados vinculados à sua opinião ou a avaliações de reação no contexto imediato de acesso e usufruto dos equipamentos e serviços.

e) Iniciativas colaborativas envolvendo governo e sociedade

Como apresentado acima, os desenvolvimentos tecnológicos e sua contrapartida em termos de modos de apropriação da tecnologia criam espaço para a coprodução e a produção descentralizadas de aplicações e serviços de base tecnológica, com a sociedade civil e o setor privado apropriando-se de dados públicos para produzir novas informações e serviços.

Dessa forma, é possível vislumbrar o desenvolvimento compartilhado de aplicativos para democratização da gestão e de prestação de serviços, em itens como o acesso a agendas culturais,



aplicativos de apoio à fruição de acervos e equipamentos ou aplicativos de relacionamento entre governos, empresas e produtores culturais.

Outra possibilidade aberta são os mapeamentos culturais dinâmicos e participativos. Tratam-se de plataformas, integradas ou não a redes sociais e dispositivos móveis, que permitem o cadastramento, a divulgação e a interconexão de atividades, equipamentos e produtores culturais. Na lógica desses mapeamentos, rompe-se a divisão entre produtores e usuários das informações (SENA, 2013), com os usuários assumindo o papel de produzir as informações que alimentam o mapeamento, mas também utilizando-se deste para suas necessidades de contato, divulgação e registro de informações.

Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas apontam a existência de novas potencialidades para a democratização da gestão das políticas culturais, propiciadas pelos desenvolvimentos tecnológicos contemporâneos.

Entretanto, a identificação dessas possibilidades, e de alguns exemplos já mais ou menos consolidados, não significa que, necessariamente, virá um mundo maravilhoso de democracia da gestão das políticas culturais. A disponibilidade material de aparatos tecnológicos não é suficiente para antever seus impactos, pois as tecnologias não existem isoladas dos processos sociais nos quais estão inseridos. Assim, refletir sobre os impactos da tecnologia na

democratização da gestão das políticas culturais é sempre um trabalho parcial e provisório, uma vez que a evolução dos aparatos tecnológicos e das formas de sua apropriação pela sociedade é um processo dinâmico e dominado por causalidades e intercausalidades complexas, como demonstrado por Pinch e Bijker (1984). Com base nisso, é possível constatar que nem todas as possibilidades tecnológicas são igualmente exploradas, o que nos remete a questões específicas sobre a apropriação das tecnologias emergentes pela democratização da gestão cultural. As potencialidades identificadas, a se materializarem de forma expressiva, trarão novos problemas em temas como privacidade, segurança e proteção de dados, competências e responsabilidades de órgãos públicos, circulação de informações e formação de gestores culturais, entre outras.

Além dessas questões mais específicas, algumas outras, de caráter mais geral, já podem ser propostas. Ainda que não se pretenda explorá-las em profundidade neste texto, nem se pretenda produzir uma lista completa, é possível identificá-las.

Uma primeira pergunta a se fazer diz respeito à diferença entre os ritmos da gestão das políticas públicas e o ritmo da evolução dos aparatos tecnológicos e dos seus padrões de uso pela sociedade. Será que os governos conseguirão acompanhar o ritmo da mudança sociotecnológica em curso? Isto nos faz pensar que os governos que se comprometam com a democratização da gestão das políticas culturais deverão defrontar-se com as dificuldades advindas das práticas políticas e administrativas do Estado brasileiro. Aspectos como a dinâmica do sistema político sobre o funcionamento do



Estado, a prevalência da lógica burocrática, ou a hipertrofia dos aparatos de controle interno e externo da administração pública merecem ser considerados.

Uma segunda pergunta é decorrente das considerações acima. Será o Estado capaz de estimular o surgimento e aproveitar iniciativas da própria sociedade que contribuam para democratização da gestão das políticas culturais? Isto significaria voltar a ação dos órgãos públicos que atuam no campo cultural para novas formas de trabalhar, nas quais os resultados não mais dependam exclusivamente de seu controle. Como mostra Tsagarousianou (1998), esta é, necessariamente, uma via de mão dupla. Portanto, será preciso considerar também os padrões de relacionamento entre a sociedade e o Estado e as dinâmicas internas dos vários campos e atores da sociedade.

Por fim, é inevitável perguntar se ocorrerá uma apropriação desigual dos desenvolvimentos tecnológicos aplicados à gestão das políticas culturais. Em um contexto de desigualdade e apropriação excludente da tecnologia, esse risco não pode ser desprezado. Setores específicos ou, especificamente, atores com maior poder e acesso a recursos estariam em melhores condições de tirar proveito de mecanismos de democratização, excluindo ou marginalizando outros. Não seria a primeira vez, na história brasileira, em que novas possibilidades democráticas seriam capturadas por setores minoritários dispostos a exercer a democracia a seu modo...

Referências

- CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil: dos Anos 1930 ao Século XXI**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- DINIZ, N. V. Como conseguir dados governamentais abertos. III Congresso CONSAD de Gestão Pública, **Anais...** Brasília, 2010.
- FARIA, H. J. B. e SOUZA, V. **Experiências de gestão cultural democrática**. São Paulo, Instituto Pólis, 1993 (Publicações Pólis, 12).
- GOODCHILD, M. F. Citizens as sensors: the world of volunteered geography. **GeoJournal**, Netherlands, v. 69, n. 4, p. 211-221, Aug. 2007.
- MONACI, S. **La conoscenza on line: logiche e strumenti**. Roma: Carocci, 2008.
- PINCH, T. F.; BIJKER, W. E. The social construction of facts and artifacts: or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other". In: **The social construction of technological systems: new directions of the sociology and history of technology**. Cambridge, The MIT Press, 1984.
- ROCHA, M. C. F. e PEREIRA, G. C. De consumidor a produtor de informação: participação política no contexto da nova cultura tecnológica. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, Ano IX, número especial – Democracia e Interfaces Digitais para a Participação Pública, 2010.
- SENA, E. A. Políticas culturais, tecnologias de informação e democracia cultural: o programa VAI e a constituição da Agência Popular Solano Trindade. **Dissertação** (mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2013.
- SILVA, R. M. D. As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 1, Abril de 2014.
- TSAGAROUSIANOU, R. Electronic democracy and the public sphere: opportunities and challenges. In: TSAGAROUSIANOU, R., TAMBINI, D. & BRYAN, C. (ed.). **Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks**. New York: Routledge, 1998.
- VAZ, J. C. Governança eletrônica: para onde é possível caminhar?



Revista Pólis (Pólis Publicações), v. 1, número especial, 2005.

VAZ, J. C. A delicada disputa pelas cabeças no Brasil pós-redemocratização. **Cadernos ENAP**, número especial, 2006.

VAZ, J. C., RIBEIRO, M. M. e MATHEUS, R. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, Ano IX, número especial – Democracia e Interfaces Digitais para a Participação Pública, 2010.

W3C – WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. Dados abertos governamentais. Disponível em < <http://www.w3c.br/divulgacao/pdf/dados-abertos-governamentais.pdf>,> Acesso em 6 de novembro de 2015. S/d.